

BRÁULIO LISBOA LOPES

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS:

análise econômica e tributária



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Bráulio Lisboa Lopes.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza
(icone por gira Park para The Noun Project)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra
pode ser reproduzi



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

LOPES, Bráulio Lisboa.

Falência e recuperação de empresas: análise econômica e tributária
– Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-410-1

1. Direito Empresarial. 2. Direito Comercial. 3. Falência de empresas
I. Título.

CDU347.7

CDD342.2

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
NOTA DO AUTOR	19
INTRODUÇÃO	21
1. O DIREITO DE EMPRESA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	27
1.1. Os novos paradigmas do direito privado	27
1.2. A unificação do direito das obrigações e o tratamento da empresa no Código Civil	33
1.3. A falência no direito de empresa contemporâneo	39
1.4. Crises empresariais e concurso de credores	45
1.5. A preservação da empresa e sua função social	50
2. O DIREITO CONCURSAL NA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA	59
2.1. Direito concursal norte-americano	59
2.2. Direito concursal português	64
2.3. Direito concursal francês	67
2.4. Direito concursal espanhol	68
2.5. Direito concursal italiano	71
2.6. Direito concursal argentino	72
3. ASPECTOS ECONÔMICOS DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	75
Introdução	75

3.1. Desenvolvimento econômico, mercado e organizações como fatores condicionantes do processo de recuperação de empresas.....	78
3.2. Aspectos econômicos do direito concursal – análise das técnicas de “cram down” e “going concern”.....	82
3.3. O equilíbrio cooperativo na resolução de crises – análise do risco moral (moral hazard) e sua minimização pela técnica do “cram down”.....	91
3.4. Aspectos econômicos do direito tributário – breve análise das “public choices”.....	96
4. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS.....	99
Introdução.....	99
4.1. Obrigação tributária e crédito tributário.....	100
4.2. Garantia, privilégio e preferência do crédito tributário.....	109
4.2.1. Crédito tributário.....	110
4.2.2. Garantias do crédito tributário.....	110
4.2.3. Privilégios do crédito tributário.....	111
4.2.4. Preferência do crédito tributário.....	112
4.3. Crédito tributário e a Lei Complementar n° 118, de 2005.....	113
4.4. O juízo universal da falência e o juízo relativamente e “pro tempore” universal da recuperação judicial.....	119
4.5. O interesse econômico da fazenda pública na instauração da falência.....	125
4.6. A ordem de classificação do crédito tributário na falência.....	130
4.6.1. Créditos tributários oriundos de fato gerador ocorrido antes da decretação da falência.....	131
4.6.2. Crédito com garantia real, crédito tributário e presunção de fraude.....	132
4.6.3. Créditos tributários oriundos de fato gerador ocorrido após a decretação da falência.....	139
4.7. A multa tributária no processo de falência.....	144

4.7.1.A multa decorrente de sanções aplicadas à pessoas jurídicas oriundas da Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013.....	156
4.8. Responsabilidade tributária e sucessão negocial na falência e recuperação de empresas.....	159
4.8.1. Responsabilidade tributária e sucessão negocial.....	159
4.8.1.1. Sujeição passiva e responsabilidade tributária.....	159
4.8.1.2. A responsabilidade de terceiros.....	160
4.8.1.3. A responsabilidade tributária na sucessão negocial.....	162
4.8.1.4. Fundo de comércio e estabelecimento.....	165
4.8.1.5. Aquisição do fundo de comércio e continuidade da atividade.....	169
4.8.1.6. A correta hermenêutica das expressões “integralmente” e “subsidiariamente” utilizadas no artigo 133 do Código Tributário Nacional.....	171
4.8.2. Sucessão negocial na falência e recuperação de empresas.....	174
4.8.2.1. Exclusão da sucessão tributária na falência e recuperação de empresas.....	174
4.8.2.2. Sucessão imobiliária.....	180
4.8.2.3. Peculiaridades da exclusão da sucessão tributária na falência e recuperação de empresas.....	181
4.8.2.4. Sucessão tributária e reorganização societária.....	184
4.8.2.5. O uso fraudulento do instituto da exceção à regra da sucessão tributária.....	189
4.8.3. A desconsideração da personalidade jurídica objetivando invalidar a cláusula excludente de responsabilidade tributária.....	191
4.9. Parcelamento do crédito tributário na recuperação de empresas.....	199
4.9.1. A certidão negativa de débitos tributários e a Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.....	203

4.9.2. O tratamento da certidão negativa de débitos tributários no Código Tributário Nacional.....	208
4.9.3. A (in)constitucionalidade do artigo 191-A do Código Tributário Nacional.....	214
4.9.4. Análise dos Projetos de Lei que visavam regulamentar o parcelamento do crédito tributário na recuperação judicial.....	220
4.9.5. Transação por recuperação tributária - análise do Projeto de Lei que institui a transação em matéria tributária nas hipóteses de falência e recuperação de empresas.....	225
4.9.6. A necessidade de quitação dos tributos para a extinção das obrigações do falido.....	229
CONCLUSÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	239
SOBRE O AUTOR: BRÁULIO LISBOA LOPES.....	251